ISSN: 2358-8829

CONSELHO DE CLASSE COMO ESPAÇO DE ESCUTA, COLABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Ana Quiovetti do Nascimento [1]
Edson Carlos da Cunha [2]
Suelene da Silva Batista [3]
Suzana Rocha de Souza Azevedo [4]
Vilson Rafael Batista [5]

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o conselho de classe na perspectiva da gestão democrática e do acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem dos cursos do Ensino Médio Integrado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), *Campus* Ji-Paraná.

A fundamentação teórica dialoga com autores brasileiros que discutem a educação profissional e tecnológica, de forma integrada, crítica e emancipadora como Ciavatta, Ramos e Frigotto (2005); Pimenta (1999), que aborda práticas pedagógicas formativas, colaborativas e coletivas; Esteban (2002), que defende a avaliação formativa e democrática. Também se apoia em Charlot (1996), ao valorizar a relação dos estudantes com o saber e os sentidos produzidos no aprender, e Vigotski (1984), que compreende a aprendizagem como um processo mediado.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter interventivo e colaborativo, estruturada a partir de análise diagnóstica contínua e de encaminhamentos pedagógicos do conselho de classe ao longo do ano letivo, em quatro momentos, sendo três deles formativos e um ao final, de caráter deliberativo, analítico e consultivo, tendo como

[1]Mestra em Educação Escolar pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR, ana.nascimento@ifro.edu.br;
[2]Mestre em Educação Escolar pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR, edson.cunha@ifro.edu.br;
[3]Mestra em Educação Escolar pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR, suelene.batista@ifro.edu.br;
[4]Mestra em Psicologia Processos Educativos pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR, suzana.azevedo@ifro.edu.br;
[5]Mestre em Assessoria de Administração pelo Instituto Politécnico do Porto - Portugal , vilson.rafael@ifro.edu.br;

ISSN: 2358-8829

instrumentos formulários que orientam as discussões. Destaca-se a participação ativa dos líderes de turma e a atuação integrada entre supervisão, orientação educacional e professores.

Os resultados apontam que a reorganização do conselho de classe, articulada ao uso sistemático de instrumentos de coleta de dados, fortalece a análise processual, reforça a importância da escuta dos estudantes e amplia as possibilidades de intervenção no processo de ensino e aprendizagem.

O conselho de classe, tradicionalmente usado como um momento privilegiado de averiguação de aspectos quantitativos da aprendizagem escolar, vinculado principalmente a notas e comportamentos dos alunos, tem sido repensado em Instituições que ofertam o ensino médio integrado ao técnico, como análise, reflexão e intervenção sobre o processo ensino aprendizagem. Este trabalho apresenta uma experiência de planejamento e execução de conselho de classe integrado com a equipe pedagógica, docentes e alunos desenvolvida em uma instituição federal de EPT (Educação Profissional e Tecnológica).

A proposta emerge da necessidade de qualificar as discussões pedagógicas e ampliar as possibilidades de intervenção junto aos estudantes, considerando não apenas o desempenho acadêmico, mas também aspectos relacionados à participação, às relações interpessoais e às condições de aprendizagem. Nesse sentido, a escuta dos estudantes e a análise das vozes docentes passam a ocupar centralidade no processo, favorecendo uma compreensão mais ampla da aprendizagem.

METODOLOGIA

O trabalho caracteriza-se como um relato reflexivo de experiência, de abordagem qualitativa, desenvolvido no contexto de três cursos de Ensino Médio Integrado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), Campus Ji-Paraná. A experiência teve como foco a reorganização do conselho de classe como espaço de escuta, colaboração e acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem, envolvendo a participação inicial de todos os estudantes da turma, caracterizada como pré-conselho e por meio de seus líderes de turma, professores, supervisão pedagógica e Orientação Educacional no conselho de classe.

ISSN: 2358-8829

O percurso foi organizado ao longo do ano letivo em três ciclos formativos, compostos por pré-conselhos e conselhos de classe, seguidos de um conselho final de caráter deliberativo, analítico e consultivo, sem realização de pré-conselho. Os pré-conselhos constituíram momentos de escuta dos estudantes e levantamento de demandas relacionadas às dificuldades de aprendizagem, às práticas pedagógicas e à organização da vida escolar. Para orientar as discussões, foram utilizadas fichas estruturadas e diferenciadas conforme as necessidades de cada etapa do acompanhamento.

Os instrumentos contemplaram questões sobre dificuldades de aprendizagem, estratégias pedagógicas, monitorias, atendimentos docentes, organização dos estudantes, desafios coletivos e possibilidades de intervenção. No primeiro ciclo, buscou-se identificar as necessidades da turma e as condições que favoreciam ou dificultavam a aprendizagem. No segundo, as discussões foram orientadas pelo acompanhamento das situações anteriormente identificadas. No terceiro, o foco voltou-se à identificação de estudantes em risco de retenção, aos avanços observados e às intervenções ainda possíveis diante do encerramento do ano letivo.

As informações levantadas nos pré-conselhos subsidiaram as discussões coletivas com os professores e os profissionais envolvidos. As questões relacionadas ao trabalho docente foram encaminhadas à supervisão pedagógica, que desenvolveu escutas e, quando necessário, ações formativas e intervenções junto aos professores. A orientação educacional participou dos conselhos de classe, registrando situações referentes aos estudantes e contribuindo com informações decorrentes do acompanhamento realizado ao longo do ano.

Após os conselhos, a orientação educacional desenvolveu ações de acompanhamento dos estudantes mencionados, considerando notas, frequência e registros de encaminhamentos docentes na plataforma de registros no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) por meio do módulo (ETEP) Equipe Técnico-Pedagógica. As intervenções envolveram orientações sobre organização dos estudos, gestão do tempo e rotina escolar, além de encaminhamentos a outros profissionais e setores institucionais, conforme as necessidades identificadas. A reflexão sobre a experiência foi construída a partir dos encaminhamentos realizados, das intervenções desenvolvidas e da continuidade do acompanhamento nos conselhos

subsequentes, buscando compreender as contribuições dessa organização para a escuta dos estudantes e para o processo de ensino e aprendizagem.

Os registros utilizados na elaboração do trabalho não identifica nominalmente estudantes ou docentes, e não se utiliza fotografias ou imagens preservando assim a anonimização dos envolvidos.

REFERENCIAL TEÓRICO

O Ensino Médio Integrado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), *Campus* Ji-Paraná, faz parte da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), modalidade educacional prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/1996 que tem como objetivo preparar o indivíduo para o mundo do trabalho, integrando trabalho, ciência e tecnologia.

A educação brasileira é marcada pela dualidade educacional, que é o retrato de uma sociedade estratificada. Por um lado a classe alta que encaminha seus filhos para a universidade, e por outro a classe menos favorecida que necessita de uma inserção rápida no mundo do trabalho por meio de uma educação profissionalizante voltada para o trabalho manual.

Neste sentido, a autora defende que:

> [...]a história da dualidade educacional coincide com a história da luta de classes no capitalismo. Por isto, a educação permanece dividida entre aquela destinada aos que produzem a vida e a riqueza da sociedade usando sua força de trabalho e aquela destinada aos dirigentes, às elites, aos grupos e segmentos que dão orientação e direção à sociedade. (RAMOS, 2014, p.97).

Essa estrutura educacional contribuiu historicamente para a reprodução das desigualdades sociais e para a separação entre formação intelectual e formação para o trabalho. Nesse contexto, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) pode ser constituída por articulações dinâmicas e contraditórias estabelecidas nas relações sociais e nas relações de trabalho. Os pesquisadores da EPT destacam que:

> A integração do Ensino Médio com o ensino técnico é uma necessidade conjuntural – social e histórica – para que a educação tecnológica se efetive para os filhos dos trabalhadores. A possibilidade de integrar formação geral e formação técnica no Ensino Médio, visando à uma formação integral do ser humano é, por essas determinações concretas, condição necessária para a travessia em

> direção ao Ensino Médio politécnico e à superação da dualidade educacional pela superação da dualidade de classes. (FRIGOTTO, CIAVATTA e RAMOS, 2005, p.45)

E assim, os debates contemporâneos acerca da Educação Profissional e Tecnológica tem como desafio superar a dualidade da educação, a separação entre formação intelectual e formação para o trabalho; e a defesa do desenvolvimento humano integral que potencialize as múltiplas dimensões do indivíduo integrando trabalho, ciência, tecnologia e cultura.

A instituição escolar precisa superar o isolamento das salas de aula, o fragmento das disciplinas e se tornar um espaço de práticas pedagógicas coletivas e colaborativas, num processo contínuo de reflexão na ação e sobre a ação, partilhando com seus pares e construindo novas possibilidades de ação pedagógica no cotidiano escolar. (PIMENTA,1999).

Nessa perspectiva, o Conselho de Classe pode ser compreendido, no âmbito do Instituto Federal de Rondônia (IFRO), como um espaço institucional de escuta, diálogo, reflexão e construção coletiva. Ao reunir diferentes atores envolvidos no processo educativo, isso possibilita analisar não apenas os resultados acadêmicos, mas também os os aspectos pedagógicos, sociais e relacionais que interferem no processo de ensino e aprendizagem. Sendo assim, para a autora:

> O Conselho de Classe é um órgão colegiado, presente na organização escolar, em que vários professores das diversas disciplinas, juntamente com os coordenadores pedagógicos, ou mesmo os supervisores e orientadores educacionais, reúnem-se para refletir e avaliar o desempenho pedagógico dos alunos das diversas turmas, séries ou ciclos. (DALBEN, 2004, p. 31).

Essa perspectiva aproxima-se da concepção de avaliação formativa e democrática defendida por Esteban (2002), em que a avaliação não se limita a função classificatória, contudo acontece ao longo do processo de ensino e aprendizagem, sendo capaz de investigar como o estudante está aprendendo. A partir dessa análise, é possível a intervenção do docente deslocando-se da lógica avaliativa de julgamento, classificatória para assumir a função investigativa e formativa, de fato comprometida com a aprendizagem do estudante e não com o fracasso escolar.

O conselho de classe nesse contexto é um espaço de escuta dos atores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. E compreender o estudante para além de seu desempenho acadêmico é imprescindível, pois implica considerar a relação

ISSN: 2358-8829

que ele estabelece com o saber e com o próprio processo de aprendizagem. Essa compreensão encontra respaldo em Charlot (1996), ao destacar que a relação com o saber envolve tanto uma dimensão identitária quanto os sentidos atribuídos ao ato de aprender:

> Falamos então de relação de identidade com o saber. Mas o que está em jogo na relação com o saber é também a própria natureza do ato de aprender: aprender é se apropriar do saber, construir um sentido, saber como se conduzir em qualquer circunstância..(CHARLOT, 1996, p. 49).

Para Vygotsky (1984) a aprendizagem constitui-se como um processo social e mediado, no qual o desenvolvimento humano é construído nas relações estabelecidas com os outros e com os instrumentos culturais disponíveis em seu contexto histórico-cultural. Sendo assim, o processo educativo é dinâmico, não se limita ao que o estudante consegue realizar individualmente, mas também em colaboração com os colegas e por meio das intervenções pedagógicas planejadas que possibilitam aos estudantes a apropriação do conhecimento científico historicamente produzido, bem como novas formas de ser, pensar e agir.

Assim, ao articular as contribuições dos autores citados, o Conselho de Classe pode ser compreendido como um espaço primordial de escuta e reflexão, indo além da verificação de resultados, superando a visão do caráter punitivo, e avançando no esforço coletivo de uma avaliação formativa, compreendendo os processos, trajetórias, e apontando caminhos de novas intervenções pedagógicas no processo de ensino e aprendizagem.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A experiência evidencia que na prática a reorganização do momento do conselho de classe, apoiada em instrumentos estruturados articulados com o momento do pré-conselho, contribui significativamente para a qualidade das discussões pedagógicas e para o fortalecimento do trabalho coletivo. E no processo favorece a articulação entre estudantes e docentes, que passam a compor a análise do ensino e aprendizagem.

No primeiro conselho de classe, reserva-se para o diagnóstico construído a partir das contribuições dos estudantes e da análise da equipe pedagógica, possibilitando identificar dificuldades recorrentes e aspectos que possam favorecer ou dificultar a aprendizagem.

ISSN: 2358-8829

No segundo conselho de classe, busca-se analisar o acompanhamento das estratégias pedagógicas adotadas pelos docentes, identificando os avanços alcançados e as dificuldades que ainda persistem no processo de ensino e aprendizagem. Esse momento possibilita não apenas acompanhar o desenvolvimento dos estudantes, mas também refletir sobre a efetividade das práticas pedagógicas na sala de aula.

No terceiro conselho de classe, a análise coletiva realizada entre docentes, supervisão e orientação educacional possibilitará identificar estudantes em situação de risco ou que apresentem dificuldades persistentes em seu processo de aprendizagem e permanência escolar. A partir dessa análise, poderão ser definidas intervenções pedagógicas e encaminhamentos mais consistentes e articulados, considerando as especificidades de cada estudante. Destaca-se, nesse processo, a importância da articulação com as famílias, fortalecendo a corresponsabilidade entre instituição escolar e família na construção de estratégias de acompanhamento, apoio e intervenção.

A escuta dos estudantes aproxima-se das contribuições de Bernard Charlot (1996), ao considerar a relação do sujeito com o saber como elemento fundamental para a compreensão dos processos de aprendizagem. Nessa perspectiva, ouvir os estudantes permite compreender os sentidos que atribuem à escola, ao conhecimento e às próprias experiências de aprendizagem, favorecendo uma análise mais ampla das dificuldades e potencialidades presentes em suas trajetórias escolares.

A análise dos encaminhamentos realizados ao longo desse percurso permitiu identificar categorias relacionadas à participação dos estudantes, à reflexão sobre as práticas pedagógicas, à articulação entre os profissionais e à continuidade do acompanhamento educacional.

1. A escuta dos estudantes como ponto de partida para a análise do processo educativo

A primeira categoria refere-se à participação dos estudantes, por meio de seus líderes de turma, nos pré-conselhos de classe.

A participação dos líderes ampliou as possibilidades de conhecer as percepções dos estudantes sobre o processo educativo, contribuindo para que as discussões dos conselhos não se restringissem aos resultados acadêmicos apresentados pelos professores. As questões levantadas passaram a constituir elementos para a reflexão coletiva e para a definição de encaminhamentos durante o ano letivo.

ISSN: 2358-8829

A participação dos estudantes nos pré-conselhos amplia as possibilidades de compreensão do processo educativo, uma vez que incorpora suas experiências e percepções à análise realizada pelo coletivo escolar.

Neste contexto, a perspectiva sobre a avaliação formativa e democrática permite reconhecer a importância da participação dos sujeitos na análise dos processos de aprendizagem e a avaliação não deve ser compreendida apenas como mecanismo de classificação ou de verificação de resultados, mas como uma prática que possibilita acompanhar os percursos de aprendizagem, identificar dificuldades e produzir elementos para a reorganização da ação pedagógica (ESTEBAN, 2001). Essa compreensão também se aproxima das contribuições de Bernard Charlot (1996), ao considerar que a relação do estudante com o saber não se restringe à apropriação de conteúdos escolares, mas envolve uma relação de sentido com aquilo que se aprende, com os outros e consigo mesmo.

2. A reflexão sobre as práticas pedagógicas

A experiência não se limitou à coleta de informações dos pré-conselhos: as demandas relacionadas ao trabalho docente foram encaminhadas à supervisão pedagógica, que realizou escutas e, quando necessário, organizou ações formativas ou intervenções junto aos professores.

Diante das demandas levantadas no pré-conselho, a supervisão realiza diálogos pedagógicos individuais com os docentes no que diz respeito à metodologia, critérios de avaliação, conteúdos, relacionamento professor e a turma e outras situações que possam impactar no processo de ensino e aprendizagem.

Esse movimento evidencia a importância de articular a escuta dos estudantes à análise das práticas educativas, evitando que as questões apresentadas permaneçam apenas como registros. Ao mesmo tempo, o tratamento reservado das situações individuais relacionadas aos docentes contribuiu para preservar a ética e a responsabilidade institucional no encaminhamento das demandas.

A reflexão coletiva sobre o trabalho pedagógico encontra aproximação com a perspectiva de colaboração discutida por Selma Garrido Pimenta. Nessa direção, o conselho de classe pode ser entendido como espaço de análise das práticas, construção de responsabilidades compartilhadas e busca de alternativas para os desafios do cotidiano escolar. A experiência também dialoga com a concepção de formação

integrada, crítica e emancipatória presente nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, ao procurar articular as condições concretas de ensino às finalidades formativas do Ensino Médio Integrado.

3. A continuidade das intervenções

A terceira categoria refere-se à continuidade do acompanhamento dos estudantes após os conselhos de classe. A Orientação Educacional participou dos encontros, registrando situações relacionadas às trajetórias escolares e articulando essas informações aos dados de notas, frequência e encaminhamentos docentes registrados no SUAP/ETEP. Esse trabalho permitiu que as situações discutidas coletivamente fossem retomadas em ações específicas, considerando as particularidades de cada estudante.

A experiência pode ser analisada à luz das contribuições de Bernard Charlot (1996), especialmente a partir da compreensão de que a relação com o saber envolve os sentidos construídos pelos estudantes e as experiências vivenciadas ao longo de suas trajetórias escolares. Nessa perspectiva, compreender as dificuldades de aprendizagem requer considerar não apenas os resultados acadêmicos, mas também a forma como o estudante se relaciona com o conhecimento, com a escola e com os diferentes sujeitos que participam de seu processo formativo.

Essa compreensão também se aproxima da perspectiva de Vigotski (1984), para quem a aprendizagem constitui-se por meio das interações sociais e da mediação de outros sujeitos, destacando a importância das intervenções intencionais no desenvolvimento das capacidades dos estudantes. Nessa direção, o acompanhamento educacional não se restringe à identificação de dificuldades, mas envolve a construção de condições, estratégias e possibilidades de intervenção que favoreçam o avanço dos estudantes em seus processos de aprendizagem e desenvolvimento.

4. O conselho de classe como processo contínuo de avaliação e intervenção

A quarta categoria diz respeito à própria organização dos conselhos de classe ao longo do ano. A utilização de fichas diferenciadas em cada etapa permitiu direcionar as discussões conforme as necessidades do acompanhamento. No primeiro ciclo, foram levantadas questões relacionadas às dificuldades de aprendizagem e às condições de participação dos estudantes; nos ciclos seguintes, as demandas anteriores puderam ser retomadas e novas necessidades identificadas, incluindo situações de risco de retenção.

ISSN: 2358-8829

O percurso culminará em um quarto conselho, de caráter deliberativo, sem a realização de pré-conselho. Essa organização evidencia uma distinção entre os momentos de escuta e acompanhamento formativo e o momento final de análise e deliberação sobre as situações escolares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que o conselho de classe, quando estruturado como processo de acompanhamento da aprendizagem, ultrapassa sua função classificatória e se consolida como espaço de reflexão coletiva, mediação e intervenção pedagógica. A utilização de instrumentos organizados por etapas favorece a análise processual e contribui para a tomada de decisões mais fundamentadas.

A experiência sugere que o conselho de classe pode ser compreendido não como uma reunião isolada, mas como parte de um processo que articula levantamento de demandas, reflexão coletiva, encaminhamentos e acompanhamento. Essa compreensão aproxima-se da avaliação formativa discutida por Esteban (2002), na medida em que valoriza a continuidade da análise e a possibilidade de intervenção ao longo do processo educativo, em vez de concentrar a avaliação apenas nos resultados finais.

Também permite retomar a concepção de formação integrada presente nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, uma vez que a análise das trajetórias escolares passa a considerar diferentes dimensões da experiência educativa e a responsabilidade compartilhada entre os profissionais envolvidos.

A sistematização da experiência permite compreender quatro aspectos centrais: a ampliação da escuta dos estudantes; a transformação das demandas em objeto de reflexão pedagógica; a continuidade do acompanhamento educacional e a organização do conselho de classe como processo de avaliação e intervenção.

Esses aspectos não devem ser entendidos como resultados independentes, mas como dimensões articuladas de uma mesma experiência. A escuta dos estudantes alimentou a reflexão coletiva, que subsidiou encaminhamentos pedagógicos e ações de acompanhamento. A retomada das demandas nos conselhos subsequentes, por sua vez, possibilitou dar continuidade às discussões e considerar as necessidades identificadas ao longo do ano letivo. A experiência aponta, portanto, para a importância de organizar o conselho de classe como espaço de participação, colaboração e acompanhamento.

Palavras-chave: Conselho de classe, Gestão democrática, Avaliação formativa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394compilado.htm. Acesso em: 23 out. 2026.

CHARLOT, Bernard. **Relação com o saber e com a escola entre estudantes de periferia.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 97, p. 47–63, 1996. Disponível em: https://publicacoesfcc.emnuvens.com.br/cp/article/view/803. Acesso em: 5 out. 2026.

DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. **Trabalho escolar e conselho de classe.** 4. ed. Campinas: Papirus, 1996. (Coleção magistério: formação e trabalho pedagógico).

ESTEBAN, Maria Teresa. **A avaliação no processo ensino/aprendizagem: os desafios postos pelas múltiplas faces do cotidiano**. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Educação. n. 19, p. 129–137, jan./abr. 2002. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000100011. Acesso em: 20 abr. 2026.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **Ensino médio integrado: concepção e contradições.** São Paulo: Cortez, 2005.

DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. **Trabalho escolar e conselho de classe.** 4. ed. Campinas: Papirus, 1996. (Coleção magistério: formação e trabalho pedagógico).

RAMOS, Marise Nogueira. *História e política da educação profissional*. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. Disponível em: http://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/História-e-política-da-educação-profissional.pdf. Acesso em: 23 out. 2026.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional.** Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. (Coleção Formação Pedagógica, v. 5).

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: identidade e saberes da docência. In: PIMENTA, Selma Garrido (Org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 1999. p. 15-34.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. Organização de Michael Cole et al. Tradução de José Cipolla Neto, Maria da Graça Brandão Afeche, Solange Castro Afeche. São Paulo: Martins Fontes, 1984.